

SIMULADO GRATUITO



SUA PROVA

Além deste caderno de prova do **tipo 1**, contendo oitenta questões e um questionário de percepção sobre a prova com dez questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **tipo 1**



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- **2 horas** após o início da prova será possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova será possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Confira se seu tipo/cor de prova corresponde ao registrado em sua folha de respostas. Caso receba prova de tipo/cor diverso do pré-determinado, informe obrigatoriamente a situação ao fiscal, para o devido registro na ata de aplicação. A ausência de registro deste fato acarretará na correção da prova conforme o tipo/cor constante na folha de respostas, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do examinando.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- A FGV realizará identificação datiloscópica de todos os examinandos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos examinandos em formulário próprio.
- Ao terminar a prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. O examinando que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO**.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

1

O advogado João costuma de forma reiterada jogar na roleta de um cassino que fica próximo em sua casa. Frederico, por inimizade, tira fotos de João jogando no referido cassino e as envia para OAB.

Caso João seja responsabilizado disciplinarmente, pela situação apresentada, qual a sanção a ser aplicada:

- a) Censura
- b) Suspensão
- c) Exclusão
- d) Advertência

2

Júlio Silva sofreu sanção de censura por infração disciplinar não resultante da prática de crime; Tatiana sofreu sanção de suspensão por infração disciplinar não resultante da prática de crime; e Rodrigo sofreu sanção de suspensão por infração disciplinar resultante da prática de crime ao qual foi condenado. Transcorrido um ano após a aplicação e o cumprimento das sanções, os três pretendem obter a reabilitação, mediante provas efetivas de seu bom comportamento.

De acordo com o EOAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Júlio e Tatiana fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer sanção disciplinar. O pedido de Rodrigo, porém, depende também da reabilitação criminal.
- b) Apenas Júlio faz jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, somente nos casos de sanção disciplinar de censura.
- c) Todos fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer sanção disciplinar, independentemente se resultantes da prática de crime, tendo em vista que são esferas distintas de responsabilidade.
- d) Ninguém faz jus à reabilitação, que só pode ser concedida após dois anos mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de sanção disciplinar de censura, e após três anos nos casos de sanção disciplinar de suspensão.

3

José, bacharel em Direito, constitui Cesar, advogado, como seu procurador para atuar em demanda a ser proposta em face de Natália.

Ajuizada a demanda, após o pedido de tutela provisória ter sido indeferido, José orienta César a opor Embargos de Declaração, embora não vislumbre omissão, contradição ou obscuridade na decisão, tampouco erro material a corrigir. César, porém, acredita que a medida mais adequada é a interposição de Agravo de Instrumento, pois entende que a decisão poderá ser revista pelo tribunal, facultando-se, ainda, ao juízo de primeira instância reformar sua decisão.

Diante da divergência, assinale a opção que indica o posicionamento correto.

- a) César deverá, em qualquer hipótese, seguir a orientação de José, que é parte na demanda e possui formação jurídica.
- b) César deverá esclarecer José quanto à sua estratégia, mas subordinar-se, ao final, à orientação deste, pois no exercício do mandato atua como patrono da parte.
- c) César deverá imprimir a orientação que lhe pareça mais adequada à causa, sem se subordinar à orientação de José, mas procurando esclarecê-lo quanto à sua estratégia.
- d) César deverá imprimir a orientação que lhe pareça mais adequada à causa, sem se subordinar à orientação de José, e sem procurar esclarecê-lo quanto à sua estratégia, pois, no seu ministério privado, presta serviço público.

4

Lara, advogada, é chefe do departamento jurídico da empresa Nós e Nós, que é especializada na produção de cordas. O departamento que ela coordena possui cerca de cem advogados. Dez deles resolvem propor ação judicial para reclamar direitos que são comuns a todos, inclusive à advogada chefe do departamento. Nos termos do Código de Ética, a advogada chefe do departamento deve

- a) assumir a defesa da empresa, por força da relação de trabalho.
- b) comunicar o fato à empresa e escusar-se de realizar a defesa.
- c) indicar advogado da sua equipe para realizar a defesa.
- d) renunciar ao cargo por impossibilidade de exercício do mesmo.

5

Em determinada subseção da OAB, constatou-se grave violação à disciplina prevista na Lei nº 8.906/94, no que diz respeito ao exercício de suas atribuições de representar a OAB perante os poderes constituídos e de fazer valer as prerrogativas do advogado. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.
- b) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão por maioria do Órgão Especial do Conselho Pleno.
- c) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão unânime de sua diretoria.
- d) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.

6

Após recebida representação disciplinar sem fundamentos, cabe ao relator designado pelo presidente do Conselho Seccional da OAB, à luz das normas aplicáveis,

- a) arquivar o processo ato contínuo.
- b) propor ao presidente o arquivamento do processo.
- c) designar data para a defesa oral pelo advogado.
- d) julgar improcedente a representação.

7

Certa sociedade de advogados, de acordo com a vontade do cliente, emitiu fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços advocatícios. Em seguida, promoveu o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a emissão da fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, bem como não é autorizado o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.
- b) É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo também permitido que posteriormente seja levada a protesto. Todavia, é vedado o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.
- c) É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo vedado que seja levada a protesto. Ademais, não é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.
- d) É vedada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, mas é permitido que, posteriormente, seja levada a protesto. Ademais, é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

8

Alice, advogada, em audiência judicial, dirigiu a palavra de maneira ríspida a certa testemunha e ao magistrado, tendo este entendido que houve a prática dos crimes de injúria e desacato, respectivamente. Por isso, o juiz determinou a extração de cópias da ata e remessa à Promotoria de Justiça com atribuição para investigação penal da comarca.

Considerando a situação narrada, a disciplina do Estatuto da OAB e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, sobre as manifestações de Alice, proferidas no exercício de sua atividade profissional, é correto afirmar que

- a) podem configurar injúria e desacato puníveis, pois o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a imunidade profissional prevista no Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, já que a Constituição Federal consagra a incolumidade da honra e imagem.
- b) não podem constituir injúria ou desacato puníveis. Isso porque o advogado tem imunidade profissional, nos termos do Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, cuja integral constitucionalidade foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) não podem constituir injúria, mas podem configurar desacato punível. Isso porque o advogado tem imunidade profissional, nos termos do Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, mas esta, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, não compreende o desacato, sob pena de conflitar com a autoridade do magistrado na condução da atividade jurisdicional.
- d) não podem constituir injúria ou desacato puníveis, mas podem caracterizar crime de desobediência. Isso porque o advogado tem imunidade profissional, nos termos do Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, cuja constitucionalidade foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva ao delito de desobediência, a fim de não conflitar com a autoridade do magistrado na condução da atividade jurisdicional.

9

Mas a justiça nas transações entre um homem e outro é efetivamente uma espécie de igualdade, e a injustiça uma espécie de desigualdade; não de acordo com essa espécie de proporção, todavia, mas de acordo com uma proporção aritmética. Porquanto não faz diferença que um homem bom tenha defraudado um homem mau ou vice-versa, nem se foi um homem bom ou mau que cometeu adultério; a lei considera apenas o caráter distintivo do delito e trata as partes como iguais, se uma comete e a outra sofre injustiça, se uma é autora e a outra é vítima do delito.

Ética a Nicômaco, Aristóteles

Para Aristóteles, esse tipo de justiça pode ser compreendido como:

- a) Justiça Distributiva
- b) Justiça Natural
- c) Justiça Comutativa
- d) Justiça Corretiva

10

Entende-se por 'analogia' o procedimento pelo qual se atribui a um caso não-regulamentado a mesma disciplina que a um caso regulamentado semelhante.

Teoria do Ordenamento Jurídico, Norberto Bobbio

De acordo com Norberto Bobbio, podemos entender a analogia com alguma forma de:

- a) Interpretação legislativa
- b) Solução de lacunas
- c) Método para resolução de antinomia
- d) Critério para resolução de conflito de normas

11

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, assinale a assertiva correta:

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos da Constituição.
- b) São Poderes da União, independentes e autônomos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional;
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um princípio internacional que o Brasil adota dentre os seus direitos e garantias fundamentais.

12

Assinale a assertiva correta à luz da Constituição da República Federativa do Brasil

- a) É violável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença e independentemente de regulamentação legal.
- c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do proprietário, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

13

Marque das alternativas abaixo a correta

- a) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- b) É livre a locomoção no território nacional e internacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, com armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à qualquer autoridade competente.

14

A Constituição Federal de 1988 prevê a seguinte situação, em relação as associações:

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão da autoridade policial competente, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- b) As associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão da autoridade administrativa competente.
- c) Para uma associação ter suas atividades suspensas imprescindível será decisão judicial com trânsito em julgado.
- d) Tanto para dissolver como para suspender atividades de uma associação, quando for caráter compulsório, necessário ter decisão judicial.

15

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, assinale a assertiva correta:

- a) A Propriedade atenderá a sua função pública e a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse público, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta constituição.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá desapropriar uma propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização justa e prévia.
- c) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para utilização de seu invento, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.
- d) É garantido o direito de herança e a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

16

Marque das alternativas abaixo a única correta de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil

- a) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade incompetente.
- b) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- c) Aos litigantes, somente em processo judicial e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

17

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, assinale a assertiva correta:

- a) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que existir a norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter privado.
- c) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

18

Através do Decreto nº 9.522/2018, o Brasil promulga o Tratado de Marraqueche, assumindo inúmeros compromissos em sede internacional para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. O referido Decreto, contudo, contou com um longo período de deliberação acerca de sua internalização, sendo este aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, por dois turnos, tendo o quórum de 3/5 dos votos dos respectivos membros.

Diante de tais informações, assinale a alternativa correta:

- a) Caso haja conflito entre o que dispõe o referido Decreto e Lei Ordinária federal posterior, entende-se, pelos critérios hierárquico e cronológico, que haverá a prevalência do conteúdo desta.
- b) Por se tratar de uma convenção de direitos humanos, o referido Decreto será considerado equivalente a Emenda Constitucional, uma vez que internalizado em condições especialmente indicadas na Constituição Federal.
- c) Em razão das condições apresentadas em seu processo de internalização, o Decreto nº 9.522/2018 possuirá status supralegal, estando abaixo das normas constitucionais e acima das normas infraconstitucionais, eis que seu conteúdo é privilegiado.
- d) Se o Decreto nº 9.522/2018 obtivesse o quórum de 1/3 dos votos dos respectivos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, poderia ser considerado equivalente às Emendas Constitucionais.

19

Em razão de generalizadas violações de direitos humanos em seu país, Alejandro pretende apresentar diretamente seu caso junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo em vista que sua nação de origem é signatária da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Alejandro poderá peticionar diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo em vista que seu país é um dos signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- b) De acordo com o que dispõe a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não será possível a Alejandro peticionar junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que apenas os Estados Partes da Convenção poderão submeter casos à decisão da Corte.
- c) Tendo em vista o texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos seria possível que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeter o caso à decisão da Corte.
- d) Caso o país de Alejandro seja condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, tal decisão terá efeito meramente simbólico, uma vez que não há qualquer compromisso dos Estados Partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos quanto ao cumprimento das decisões da Corte.

20

Cansado do inverno em seu país de origem, o norte-americano John Smith faz uma viagem de férias ao Brasil, conhecendo Maria das Graças, por quem se apaixona perdidamente e contrai núpcias no verão do ano 2000. Abandonando seu passado no estrangeiro, John fixa residência no Brasil, constituindo um núcleo familiar de 3 filhos ao lado de Maria, também adquirindo a nacionalidade brasileira no ano de 2016.

Com base nas informações acima, indique a alternativa correta:

- a) Caso John Smith seja condenado com sentença transitada em julgado por comum doloso passível de pena privativa de liberdade, o fato de ser brasileiro naturalizado e de ser casado com brasileira ou ter filhos brasileiros não impedirá sua expulsão do território nacional.
- b) Na hipótese de pedido de extradição por crime cometido por John Smith antes da aquisição da nacionalidade brasileira, o fato de ser brasileiro naturalizado e casado com brasileira ou ter filhos brasileiros impedirá sua extradição do território nacional.
- c) A situação migratória irregular de John Smith em território nacional, antes de adquirir nacionalidade brasileira ou de possuir companheira brasileira ou ter filhos com esta, poderia ensejar sua deportação.
- d) Em razão de crime doloso cometido por John Smith com sentença transitada em julgado, seria possível aplicar a pena de banimento a este com a consequente perda da nacionalidade brasileira, nos termos da Constituição Federal de 1988.

21

A empresa brasileira CANARINHO, logo após intensas negociações, fecha um acordo comercial com a empresa chinesa PANDA para a distribuição de produtos e serviços na Arábia Saudita, celebrando o contrato de formalização dessa relação na cidade de Paris (França).

Caso ocorra eventual controvérsia acerca da legislação aplicável para reger as obrigações contratuais, indique a alternativa que melhor corresponde ao que prescreve a LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro):

- a) A lei aplicável poderá ser a do domicílio de qualquer uma das partes.
- b) A lei aplicável será a da Arábia Saudita, qual seja o país em que ocorrerá a distribuição de produtos e a prestação de serviços.
- c) A lei aplicável será a da França, eis que o contrato foi assinado nesse país.
- d) A lei aplicável será a do Brasil, uma vez que a LINDB privilegia, como regra geral, os brasileiros.

22

O Estado XYZ autuou determinada instituição de educação sem fins lucrativos em relação aos valores arrecadados com a utilização do estacionamento para veículos por seus alunos. Em relação à imunidade, pode-se afirmar que:

- a) O valor cobrado pela utilização do estacionamento nunca terá imunidade, pois não tem nenhuma relação com a finalidade da instituição de educação.
- b) Poderá a instituição de educação sem fins lucrativos gozar da imunidade em relação ao valor cobrado pela utilização do estacionamento, desde que ele seja investido integralmente para as suas finalidades.
- c) Como o serviço de estacionamento não é uma das finalidades da instituição de educação, além de não ser imune, também faz com que ela perca a imunidade em relação aos demais serviços prestados, pois optou por atuar com atividade diversa da sua finalidade.
- d) Independente da destinação dada ao valor arrecadado com a utilização do estacionamento, essa quantia será imune a impostos.

23

Tendo em vista a grande inadimplência tributária e a dificuldade que vem enfrentando na cobrança, o Estado ABC resolveu perdoar os débitos de IPVA de até R\$ 100,00, bem como as multas pelo não pagamento desse imposto no valor de até R\$ 50,00.

Como base nessas informações, pode-se asseverar que respectivamente:

- a) Foram concedidas remissão e anistia pelo Estado ABC, sendo, respectivamente, causa de extinção e exclusão do crédito tributário.
- b) Foram concedidas moratória e anistia pelo Estado ABC, sendo, respectivamente, causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e causa de extinção do crédito tributário.
- c) Foram concedidas anistia e remissão pelo Estado ABC, sendo, respectivamente, causa de extinção e exclusão do crédito tributário.
- d) Foram concedidas remissão e anistia pelo Estado ABC, sendo, respectivamente, causa de exclusão e extinção do crédito tributário.

24

São requisitos da certidão de dívida ativa, exceto:

- a) O nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) O CPF ou CNPJ do devedor.
- c) A data em que a dívida foi inscrita.
- d) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

25

De acordo com a jurisprudência vinculante do STF:

- a) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é ilegítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- b) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- c) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

26

De acordo com a previsão contida na LEF (Lei nº 6.830/80), a execução fiscal poderá ser movida contra:

- a) Qualquer parente do devedor.
- b) O síndico, em qualquer situação.
- c) O fiador.
- d) O inventariante, em qualquer situação.

27

Mozarth é titular da propriedade de um terreno adjacente a uma creche particular. Aproveitando a expansão econômica da localidade, decidiu construir em seu terreno um grande galpão. Mozarth iniciou as obras, sem solicitar à prefeitura do município Passa e Fica - RN a necessária licença para construir, usando material de baixa qualidade.

Ainda durante a construção, a diretora da creche notou que a estrutura não apresentava solidez e corria o risco de desabar sobre as crianças. Ao tomar conhecimento do fato, a prefeitura do município Passa e Fica inspecionou o imóvel e constatou a gravidade da situação. Após a devida notificação de Mozarth, a estrutura foi demolida.

Assinale a afirmativa que indica o instituto do direito administrativo que autoriza a atitude do município Passa e Fica.

- a) Tombamento.
- b) Poder de polícia.
- c) Ocupação temporária.
- d) Desapropriação.

28

Conforme entendimento dos princípios basilares do Direito Administrativo, a Administração deve buscar a interpretação da norma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa da nova interpretação. Assinale a alternativa que indica o princípio consagrado por esse dispositivo, em sua parte final.

- a) Legalidade.
- b) Eficiência.
- c) Moralidade.
- d) Segurança das relações jurídicas.

29

A doutrina classifica os serviços públicos, de acordo com a sua utilização, como serviços *uti singuli* ou *uti universi*. Especificamente quanto aos serviços classificados como *uti singuli*, assinale a alternativa que melhor explica essa classificação.

- a) Serviços em que não é possível identificar os usuários e, da mesma forma, não é possível a identificação da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.
- b) Serviços singulares e essenciais prestados pela Administração Pública direta e indireta.
- c) Serviços em que é possível a identificação do usuário e da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.
- d) Serviços que somente são prestados pela Administração Pública direta do Estado.

30

Em relação aos procedimentos previstos na legislação de improbidade administrativa, assinale a opção correta:

- a) O Ministério Público deve provar, logo na inicial, o ato qualificado como de improbidade administrativa, não bastando que se afirme que o fará ao longo da instrução processual.
- b) Prevalece o entendimento de que a ação judicial cabível para apurar e punir os atos de improbidade de natureza civil deve ser titularizada, com exclusividade, pelo Ministério Público.
- c) A competência judicial para apurar ato de improbidade de governador de estado é do STJ.
- d) Considere que um ex-servidor público tenha praticado ato de improbidade administrativa, mas somente três anos depois desse ato tenha sido afastado do exclusivo cargo em comissão que ocupava. Nessa situação, o prazo prescricional de 5 anos para que seja proposta a pertinente ação de improbidade tem início com o término do exercício do referido cargo e não, da prática do ato.

31

Sobre responsabilidade civil do Estado, prevista no § 6º do art. 37 da CF/88, assinale a opção correta:

- a) Prevalece o entendimento de que, nos casos de omissão, a responsabilidade extracontratual do Estado é subjetiva, sendo necessário, por isso, perquirir acerca da culpa e do dolo.
- b) A vítima de dano causado por ato comissivo deve ingressar com ação de indenização por responsabilidade objetiva contra o servidor público que praticou o ato.
- c) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelo rompimento de uma adutora ou de um cabo elétrico, mantidos pelo Estado em péssimas condições, já que essa situação se insere no conceito de caso fortuito.
- d) Proposta a ação de indenização por danos materiais e morais contra o Estado, sob o fundamento de sua responsabilidade objetiva, é imperioso que este, conforme entendimento prevalecente, denuncie à lide o respectivo servidor alegadamente causador do dano.

32

No estudo dos contratos administrativos, identificamos suas características essenciais, dentre elas:

- a) Os contratos administrativos diferenciam-se dos demais contratos privados no que se refere às chamadas cláusulas exorbitantes, como a cláusula que autoriza à administração impor penalidades administrativas.
- b) Como os contratos administrativos também se submetem ao princípio da formalidade, eles devem ser obrigatoriamente escritos.
- c) A administração pode alterar, de forma unilateral, os contratos que celebrar. No entanto, no que se refere à alteração quantitativa, a lei estabelece, como limite para os acréscimos e supressões nas obras, serviços ou compras, o percentual de 50% em relação ao valor original do contrato.
- d) A administração pode rescindir o contrato, de forma unilateral, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, não ficando obrigada ao pagamento de qualquer indenização.

33

A Empresa Sapato Branco Ltda. foi condenada no âmbito de um processo administrativo ambiental, cuja penalidade encontra-se pendente de análise.

Dentre as sanções administrativas de cunho ambiental previstas na Lei 9.605/1998 - Lei dos crimes ambientais passíveis de aplicação à referida empresa não incluem a

- a) advertência.
- b) multa simples.
- c) falência da empresa.
- d) destruição ou inutilização de produto.

34

Sobre o licenciamento ambiental e o estudo prévio de impacto ambiental, é correto afirmar que

- a) O licenciamento ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor.
- b) É de competência da União o licenciamento de todas as unidades de conservação localizadas no interior do Estado brasileiro.
- c) O Estudo de Impacto Ambiental é instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, cuja finalidade é controlar a qualidade das águas das ilhas fluviais.
- d) O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

35

Acerca dos conhecimentos sobre decadência, prevista no Código Civil de 2002, é correto afirmar:

- a) Não corre a decadência contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
- b) A decadência fixada em lei poderá ser renunciada por qualquer sujeito, desde que maior de idade e com capacidade plena para os atos da vida civil.
- c) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) Deve o juiz, de ofício, conhecer de decadência convencional, desde que se verifique, nos autos, elementos que consubstanciem sua decisão a respeito.

36

Pela leitura dos enunciados normativos do Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, o exercício dos direitos de personalidade não pode sofrer, voluntariamente, limitações, observada a característica da irrenunciabilidade de tais direitos.
- b) Além da possibilidade legal de realização de transplantes e exceto por determinação médica, é defeso o ato de disposição sobre o próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- c) Não se pode usar o nome de outrem em propaganda comercial sem a devida autorização.
- d) Salvo se necessária à manutenção da ordem pública, a utilização da imagem de uma pessoa falecida poderá ser proibida, exclusivamente a requerimento de seus ascendentes ou descendentes, se se destinar a fins comerciais.

37

Não é tese de repercussão geral do STF:

- a) A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.
- b) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.
- c) A alteração do prenome do transgênero deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo "transgênero".
- d) É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002.

38

Juliana foi avisada que seu filho Marcos sofreu um terrível acidente de carro em uma cidade com poucos recursos no interior do Ceará e que ele está correndo risco de morte devido a um grave traumatismo craniano.

Diante dessa notícia, Juliana celebra um contrato de prestação de serviços médicos em valores exorbitantes, muito superiores aos praticados habitualmente, para que a única equipe de médicos especializados da cidade assumira o tratamento de seu filho.

Tendo em vista a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O negócio jurídico pode ser anulado por vício de consentimento denominado estado de perigo, no prazo prescricional de quatro anos, a contar da data da celebração do contrato.
- b) O negócio jurídico celebrado por Juliana é nulo, por vício resultante de dolo, tendo em vista o fato de que a equipe médica tinha ciência da situação de Marcos e se valeu de tal condição para fixar honorários em valores excessivos.
- c) O contrato de prestação de serviços médicos é anulável por vício resultante de estado de perigo, no prazo decadencial de quatro anos, contados da data da celebração do contrato.
- d) O contrato celebrado por Juliana é nulo, por vício resultante de lesão, e por tal razão não será suscetível de confirmação e nem convalidará pelo decurso do tempo.

39

Vitor e Paula celebram entre si, por escritura particular levada a registro em cartório de títulos e documentos, contrato de mútuo por meio do qual Vitor toma emprestada de Paula a quantia de R\$ 10.000,00, obrigando-se a restituir o montante no prazo de três meses. Em garantia da dívida, Vitor constitui em favor de Paula, por meio de instrumento particular, direito real de penhor sobre uma jóia de que é proprietário. Vencido o prazo estabelecido para o pagamento da dívida, Vitor procura Paula e explica que não dispõe de dinheiro para quitar o débito. Propõe então que, em vez da quantia devida, Paula receba, em pagamento da dívida, a propriedade da coisa empenhada.

Assinale a opção que indica a orientação correta a ser transmitida a Paula.

- a) Para ter validade, o acordo sugerido por Vitor deve ser celebrado mediante escritura pública.
- b) O acordo sugerido por Vitor não tem validade, uma vez que constitui espécie de pacto proibido pela lei.
- c) Para ter validade, o acordo sugerido deve ser homologado em juízo.
- d) O acordo sugerido por Vitor é válido, uma vez que constitui espécie de pacto cuja licitude é expressamente reconhecida pela lei.

40

Os tutores de José consideram que o rapaz, aos 16 anos, tem maturidade e discernimento necessários para praticar os atos da vida civil. Por isso, decidem conferir ao rapaz a sua emancipação.

Consultam, para tanto, um advogado, que lhes aconselha corretamente no seguinte sentido:

- a) José poderá ser emancipado em procedimento judicial, com a oitiva do tutor sobre as condições do tutelado.
- b) José poderá ser emancipado via instrumento público, sendo desnecessária a homologação judicial.
- c) José poderá ser emancipado via instrumento público ou particular, sendo necessário procedimento judicial.
- d) José poderá ser emancipado por instrumento público, com averbação no registro de pessoas naturais.

41

O prédio que abrigava a Biblioteca Pública do Município de Molhadinho foi parcialmente destruído em um incêndio, que arruinou quase metade do acervo e prejudicou gravemente a estrutura do prédio. Os livros restantes já foram transferidos para uma nova sede. O Prefeito de Molhadinho alienar o prédio antigo, ainda cheio de entulho e escombros.

Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é possível, no ordenamento jurídico atual, a alienação de bens públicos.
- b) O antigo prédio da biblioteca, bem público de uso especial, somente pode ser alienado após ato formal de desafetação.
- c) É possível a alienação do antigo prédio da biblioteca, por se tratar de bem público dominical.
- d) Por se tratar de um prédio com livre acesso do público em geral, trata-se de bem público de uso comum, insuscetível de alienação.

42

Perpétua e Joaquim resolveram mover ação de indenização por danos morais contra um jornal de grande circulação. Eles argumentam que o jornal, ao noticiar que o filho dos autores da ação fora morto em confronto com policiais militares, em 21/01/2015, publicou o nome completo do menor e sua foto sem a tarja preta nos olhos, o que caracteriza afronta aos artigos 17, 18, 143 e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses artigos do ECA proíbem a divulgação da imagem e da identidade de menor envolvido em ato infracional.

Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) O jornal agiu com abuso no direito de informar e deve indenizar pelos danos causados.
- b) O jornal não incorreu em ilícito, pois pode divulgar a imagem de pessoa suspeita da prática de crime.
- c) Restou caracterizado o ilícito, mas, tratando-se de estado de emergência, não há indenização de danos.
- d) Não houve abuso do direito ante a absoluta liberdade de expressão do jornal noticiante.

43

Joaquim, adolescente com 15 anos de idade, sofre repetidas agressões verbais por parte de seu pai, José, pessoa rude que nunca se conformou com o fato de Joaquim não se identificar com seu sexo biológico. Os atentados verbais chegaram ao ponto de lançar Joaquim em estado de depressão profunda, inclusive sendo essa clinicamente diagnosticada.

Constatada a realidade dos fatos acima narrados, assinale a afirmativa correta:

- a) Os fatos descritos revelam circunstância de mero desajuste de convívio familiar, não despertando relevância criminal ou de tutela de direitos individuais do adolescente, refugindo do alcance da Lei nº 8.069/90 (ECA).
- b) O juízo competente poderá determinar o afastamento de José da residência em que vive com Joaquim, como medida cautelar para evitar o agravamento do dano psicológico do adolescente, podendo, inclusive, fixar pensão alimentícia provisória para o suporte de Joaquim.
- c) O juiz poderá afastar cautelarmente José da moradia comum com Joaquim, sem que isso implique juízo definitivo de valor sobre os fatos – razão pela qual não é viável a estipulação de alimentos ao adolescente, eis que irreversíveis.
- d) A situação descrita não revela motivação legalmente reconhecida como suficiente a determinar o afastamento de José da moradia comum, recomendando somente o aconselhamento educacional do pai.

44

Renato adquiriu computador da marca XLG na loja física JC comércio Ltda. Dois dias após a compra, Renato verificou que o computador não desligava. Sendo assim, retornou até a loja solicitando a troca do mesmo. Em ato contínuo, o fornecedor informou que não teria essa obrigação e encaminhou Renato para a assistência técnica. Renato promove ação de responsabilidade civil contra a loja, requerendo a devolução das quantias pagas, nos termos do art. 18 do CDC. Com base no caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Renato tem o direito de obter seu dinheiro de volta, haja vista, que a loja não observou o previsto no art. 18 do CDC.
- b) Embora a empresa tenha negado, inexistente direito de troca imediata para produto que apresenta vício. Sendo assim, Renato não possui qualquer direito.
- c) Renato poderá valer-se do prazo do art. 49 do CDC (direito de arrependimento) para receber de volta as quantias despendidas.
- d) A empresa pode ser considerada fornecedor por equiparação e merece pagar uma indenização por valor igual ao dobro das quantias pagas pelo consumidor standard.

45

Mariana, funcionária da empresa Petrobrás, firma contrato de assistência de saúde com a empresa BRAMIL (PLANO DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO). No dia 03 do presente mês, a consumidora precisa realizar um determinado tratamento, porém não obtém êxito apesar do referido tratamento encontrar-se previsto em contrato. Desesperada, promove ação de obrigação de fazer contra o plano de saúde tomando por base o código de defesa do consumidor.

Com base no narrado acima, é correto afirmar que:

- a) Mariana não obterá êxito em relação à demanda, tendo em vista que o CDC não se aplica aos contratos de plano de saúde de autogestão.
- b) A consumidora tem o direito ao tratamento, haja vista, existir a relação de consumo e além de encontrar-se previsto no contrato tal ato viola o princípio da boa-fé objetiva.
- c) Mariana é consumidora por equiparação, sendo assim, possuidora de tal direito pelo CDC.
- d) Aplica-se o CDC e Mariana poderá ser considerada como consumidora Standard.

46

Em relação ao empresário e as sociedades empresárias, o Código Civil dispõe que:

- a) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, poderá, observadas as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- b) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que tenham casado no regime da comunhão universal de bens ou comunhão parcial de bens.
- c) O empresário casado não pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- d) O empresário individual responde de forma limitada.

47

Maria Luiza deseja constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada. A integralização do capital social será realizada com o seu carro no valor de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) e suas economias na poupança que alcançam o montante de R\$45.000,00 (quarenta e três mil reais). Maria Luiza procura o seu escritório e pede orientação para criação da EIRELI. Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, hipótese em que não se confundirá, em qualquer situação, com o patrimônio do titular que a constitui, ressalvado os casos de fraude.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada não poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- c) A EIRELI pode ser instituída por pessoa natural ou jurídica. Se for instituída por pessoa jurídica só poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- d) A EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social integralizado à prazo, podendo adotar como nome empresarial a firma ou denominação com a inclusão da expressão EIRELI.

48

Com relação às sociedades limitadas, é correto afirmar que:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, não havendo, em razão da responsabilidade dos sócios, solidariedade pela integralização do capital.
- b) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou terceiros se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
- c) A sociedade limitada pode ser constituída por uma ou mais pessoas.
- d) A sociedade limitada pode adotar como nome empresarial apenas denominação seguida da expressão limitada por extenso ou de forma abreviada.

49

Tendo em vista a Lei 11.101/05, assinale a opção correta:

- a) Citado, o devedor poderá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Da decisão que decreta a falência apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.
- c) Na recuperação extrajudicial não se aplica a titulares de créditos de natureza tributária, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho.
- d) São legitimados para o pedido de recuperação judicial, o credor, próprio devedor, herdeiro, inventariante e cônjuge sobrevivente.

50

Com relação ao instituto do aval e endosso, é correto afirmar que:

- a) Não é necessário o protesto para a cobrança dos avalistas do sacado e dos endossantes de letra de câmbio.
- b) A obrigação pode ser garantida no todo em parte por um avalista.
- c) O endosso pode ser lançado em documento separado do título de crédito.
- d) Na cláusula proibitiva de novo endosso, o endossante não garante o pagamento.

51

Pedro promove ação de cobrança em face de José, pelo descumprimento de contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes. O processo instaurado teve seu curso normal, e o pedido foi julgado procedente, com a condenação do réu a pagar o valor pleiteado. Não houve recurso e, na fase de cumprimento de sentença, o executado é intimado a efetuar o pagamento e pretende ofertar resistência.

Sobre a postura adequada para o executado tutelar seus interesses, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve oferecer embargos à execução e, para tanto, deverá garantir o juízo com penhora, depósito ou caução.
- b) Deve oferecer impugnação à execução, devendo garantir o juízo com penhora, depósito ou caução.
- c) Deve oferecer embargos à execução, sem a necessidade de prévia garantia do juízo para ser admitido.
- d) Deve oferecer impugnação à execução, sem a necessidade de prévia garantia do juízo com penhora.

52

De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), nos que diz respeito aos atos processuais e em relação às nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
- c) As nulidades, com exceção daquelas que o juiz deva decretar de ofício, poderão ser alegadas a qualquer momento nos autos, inclusive sendo insuscetíveis de preclusão.
- d) O erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos, mesmo os que possam ser aproveitados.

53

Sobre tutelas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- b) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- c) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

54

Acerca da comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A citação válida, desde que ordenada por juízo competente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- b) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- c) Sendo o citando pessoa jurídica, somente será válida a entrega do mandado citatório a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração.
- d) Como regra geral, a citação far-se-á por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça; frustrado esse meio, a citação far-se-á pelo correio.

55

As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no diploma processual, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir de maneira eficaz na convicção do juiz.

A respeito das provas e seu regime jurídico no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes desde que celebrada antes do início do processo.
- b) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa evitar o ajuizamento da ação.
- c) Dados representados por sons gravados em arquivos eletrônicos não poderão constar da ata notarial.
- d) A gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores é considerada prova ilícita.

56

É possível afirmar que, em sua contestação, o réu deve:

- a) Apresentar pedido de reconvenção em peça autônoma, se assim o desejar.
- b) Impugnar tão somente os vícios processuais, caso estes inviabilizem a apreciação do mérito, em obediência ao princípio da instrumentalidade das formas.
- c) Apresentar toda a matéria de defesa, ainda que haja contrariedade entre uma tese e outra, em homenagem ao princípio da eventualidade.
- d) Apresentar apenas as matérias que o juiz poderia ter conhecido de ofício antes da defesa.

57

De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), no que diz respeito aos atos processuais e em relação às nulidades, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
- c) As nulidades absolutas poderão ser alegadas pelas partes a qualquer momento nos autos, inclusive sendo insuscetíveis de preclusão.
- d) Haverá decretação de nulidade independentemente da existência de prejuízo.

Adalberto, auxiliar de enfermagem, durante uma festa, desejando provocar o aborto na sua ex-namorada Magnólia lhe serve um drinque que contém grande quantidade de substância abortiva. Magnólia, após ingerir a bebida sente-se mal e pede carona a Adalberto que, prontamente aceita o pedido.

Durante o trajeto Adalberto, ao perceber que Magnólia ainda demonstra interesse por ele e, em decorrência da substância abortiva ingerida apresenta fortes dores abdominais, Adalberto decide levá-la rapidamente ao hospital mais próximo a fim de tentar evitar a consumação do delito inicialmente visado por ele. Ao chegar ao hospital, Magnólia foi prontamente socorrida, uma vez que Adalberto era a ele conhecido por todos.

Após detalhados exames, Adalberto questiona a um dos médicos acerca da saúde de sua amada e de seu bebê, quando é surpreendido pela notícia de que Magnólia não se encontrava grávida, mas apenas sofrera um breve mal estar decorrente de alguma substância que ingerira na festa.

Diante do caso concreto apresentado, assinale a alternativa correta em relação à conduta e respectiva responsabilização penal de Adalberto:

- Será responsabilizado pelo delito de aborto sem o consentimento da gestante na forma tentada.
- Será isento de pena, por exclusão de sua culpabilidade.
- Sua conduta em relação ao aborto será atípica por tratar-se de crime impossível.
- Sua conduta em relação ao aborto será atípica por tratar-se de arrependimento eficaz.

Abelardo, tomado pelo sentimento de comiseração e misericórdia, com o intuito de abreviar o sofrimento de Leopoldo, amigo desde a infância e condenado pela doença, contrata Leôncio, mediante o pagamento da quantia de R\$1.000,00, para este pôr fim ao sofrimento e à vida do enfermo. Diante da situação narrada, com base nas teorias adotadas sobre concurso de pessoas, é correto afirmar que Abelardo e Leôncio responderão:

- Ambos por homicídio privilegiado, pelo motivo de relevante valor moral (art. 121, § 1º, CP).
- Ambos por homicídio qualificado pela torpeza (art. 121, § 2º, I, CP).
- Abelardo responderá por homicídio privilegiado (art. 121, § 1º, CP), bem como por homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, CP) por força da comunicabilidade das circunstâncias, haja vista ter contratado, mediante pagamento Leôncio e, este, por homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, CP).
- Abelardo responderá por homicídio privilegiado (art. 121, § 1º, CP) e Leôncio por homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, CP), pois as circunstâncias são incomunicáveis.

É correto afirmar que:

- Sempre que houver a reparação do dano no crime de peculato culposo ocorrerá a extinção da punibilidade do agente.
- Lei nº 9.455/97, que trata dos crimes de tortura, revogou tacitamente a qualificadora relativa ao emprego de tortura no delito de homicídio, uma vez que prevê o crime de tortura com resultado morte.
- É possível a formação de associação criminosa com o intuito de praticar infração cuja pena máxima cominada seja inferior a quatro anos.
- O crime de associação para o tráfico previsto no Artigo 35 da Lei nº 11.343/2006 é equiparado a hediondo, por força do Artigo 5º inciso XLIII da CF, bem como do Artigo 1º, caput, da Lei nº 8.072/90.

61

A respeito da execução das penas privativas de liberdade (PPL) e das medidas de segurança, assinale a opção correta

- a) O cometimento de falta disciplinar de natureza grave pelo executando interrompe tanto o prazo para a obtenção da progressão de regime, quanto para fins de concessão de livramento condicional.
- b) O agente inimputável desinternado poderá ser novamente internado antes do decurso de um ano, desde que pratique conduta típica e antijurídica.
- c) Atualmente, a remissão de parte do tempo de execução da pena sob regime fechado ou semiaberto, em razão de frequência a curso de ensino formal, só é possível em virtude de construção jurisprudencial, dada a falta de expressa previsão legal acerca da matéria.
- d) Segundo o STJ, é inadmissível a fixação de pena restritiva de direitos substitutiva da privativa de liberdade como condição especial ao regime aberto.

62

Com relação aos crimes contra a dignidade sexual é correto afirmar que:

- a) Houve a *abolitio criminis* do delito de atentado violento ao pudor, previsto no art.214, do Código Penal.
- b) A causa de aumento, prevista no art.9º, da Lei nº 8072/199, foi expressamente revogada.
- c) A ação penal para os delitos contra a dignidade sexual passou a ser pública incondicionada.
- d) A ação penal para os delitos contra a dignidade sexual passou a ser pública condicionada à representação, não admitindo exceções.

63

Caio, após adquirir aparelhagem para falsificar moeda, passa a fabricar notas falsas e, seguidamente, a colocá-las em circulação. Dessa forma, é correto afirmar que Carlos:

- a) Deverá ser responsabilizado somente pelo delito de moeda falsa.
- b) Deverá ser responsabilizado apenas pelo delito de petrechos para falsificação.
- c) Caio deverá ser responsabilizado pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda e por ter colocado a moeda falsa em circulação, em concurso material.
- d) Caio deverá ser responsabilizado pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda e por ter colocado a moeda falsa em circulação, em concurso formal.

64

Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto.

Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:

- a) O crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato.
- b) O crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo.
- c) A retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei nº 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia.
- d) A pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei nº 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos.

65

Insatisfeita com eventual decisão proferida pelo magistrado, poderá a parte impugná-la através de diversas espécies recursais, sendo fundamental que a defesa técnica tenha conhecimento sobre as hipóteses de cabimento de cada recurso e suas principais características. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O Tribunal, câmara ou turma, no julgamento das apelações, de acordo com o Código de Processo Penal, não poderá proceder a novo interrogatório do acusado ou reinquirir testemunhas, devendo decidir de acordo com as provas até então apresentadas.
- b) A renúncia do réu ao direito de recorrer da sentença condenatória, ainda que manifestada sem o conhecimento do seu defensor constituído, impede o conhecimento da apelação interposta pelo seu patrono.
- c) O ofendido somente poderá interpor recurso em caso de omissão do Ministério Público, se anteriormente habilitado como assistente de acusação.
- d) O recurso de agravo em execução, segundo entendimento dos Tribunais Superiores, deve seguir o rito procedimental do recurso em sentido estrito, havendo, então, efeito regressivo.

66

O Código de Processo Penal traz a disciplina de uma pluralidade de procedimentos, destacando-se o comum ordinário, o procedimento previsto para julgamento no Tribunal do Júri dos crimes dolosos contra a vida e aquele aplicável aos "crimes de responsabilidade dos funcionários públicos".

Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O interrogatório é o primeiro ato a ser realizado durante a audiência de instrução e julgamento no procedimento previsto para os crimes contra a Administração praticados por funcionário público.
- b) O juiz, ainda que se convença da inexistência do crime, não poderá rejeitar a denúncia e nem absolver sumariamente o réu, após apresentação de defesa pelo réu, no procedimento previsto para os crimes praticados por funcionário público contra a Administração.
- c) A inimputabilidade do agente em razão de doença mental não é causa de absolvição sumária no procedimento comum ordinário.
- d) As testemunhas, no procedimento comum ordinário, deverão ser arroladas pela defesa em resposta à acusação, sendo computadas no limite de 08 as que não prestam compromisso legal de dizer a verdade, mas não as referidas.

67

A Constituição do Estado X previu foro por prerrogativa de função para os crimes comuns praticados por vereadores no exercício da função, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado realizar o julgamento. Um vereador do Estado X praticou no Estado Y, crime de instigação ao suicídio por motivação relacionada ao exercício do mandato. Com base nas informações expostas, assinale a opção que indica o órgão competente para julgar o vereador.

- a) Tribunal do Júri do Estado X.
- b) Tribunal do Júri do Estado Y.
- c) Tribunal de Justiça do Estado X.
- d) Tribunal de Justiça do Estado Y.

68

A Lei nº 12.403/11 disciplinou, no Código de Processo Penal, o instituto da prisão domiciliar, que será aplicada em substituição à prisão preventiva, diferente do que ocorre com a prisão albergue domiciliar prevista na Lei de Execução Penal.

A prisão domiciliar prevista no art. 318 do Código de Processo Penal será admitida quando:

- a) A ré tiver filho de até 12 anos de idade incompletos, ainda que não seja a única responsável pelo sustento da criança.
- b) A ré estiver grávida, desde que seja de risco a gravidez ou a gestação ultrapasse 07 meses.
- c) O réu, ainda que não genitor, for imprescindível aos cuidados de criança de até 12 anos de idade.
- d) A ré tiver filho de até 18 anos incompletos, desde que seja a única responsável pelo sustento da criança/adolescente.

69

Caio, funcionário público do Tribunal de Justiça, foi denunciado pela suposta prática do crime de corrupção, após prisão em flagrante no momento em que solicitava vantagem indevida para prática de ato de ofício. Sobre o procedimento aplicável à ação penal em que Caio figura como denunciado, é correto afirmar que:

- a) A defesa técnica de Caio somente poderá ser intimada após o recebimento da denúncia para apresentar defesa, ocasião em que deverá apresentar teses, provas que pretenda produzir e exceções.
- b) A resposta preliminar é indispensável, mesmo que a denúncia seja amparada em inquérito policial, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- c) A resposta preliminar poderá indicar as provas que a defesa pretenda produzir, mas não poderá ela mesma ser instruída com documentos e justificações.
- d) A defesa técnica de Caio deverá ser notificada, antes do recebimento da denúncia, para oferecer defesa no prazo de 15 dias.

70

No tocante aos adicionais, marque a alternativa correta:

- a) O adicional de transferência de 25% sobre o salário é devido tanto nas transferências provisórias quanto nas definitivas.
- b) O percentual do adicional de horas extras para os advogados é de, no mínimo, 50%.
- c) O adicional de periculosidade é devido no percentual de 30% sobre o salário mínimo.
- d) O empregado, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá optar pela percepção do adicional de insalubridade ou de periculosidade, que lhe seja devido.

71

Uma determinada empresa está com dúvidas quanto as regras relativas à licença-maternidade e lhe contrata para um parecer jurídico. Na qualidade de advogado(a) contratado(a), assinale a alternativa que não constará do seu parecer:

- a) A CLT garante à empregada ou empregado direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, seja para mãe biológica ou no caso de adoção de criança ou adolescente.
- b) Na hipótese da contratante ser uma Empresa-Cidadã, o prazo da licença-maternidade passará a ser de 180 dias, inclusive para os casos de adoção.
- c) Em caso de morte da genitora, será assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, inclusive no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.
- d) A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.

72

Georgeana, estudante de Direito, precisa fazer uma pesquisa sobre as possibilidades de prestação de serviços por menores de 18 anos de idade.

Neste caso, podemos considerar incorreto o que se afirma em:

- a) É vedada a contratação de menores de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico.
- b) Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 18 anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
- c) É proibido trabalho noturno, insalubre e perigoso para menores de 18 anos.
- d) Não corre prescrição para o empregado menor de 18 anos.

73

Américo foi dispensado por justa causa pela empresa Gama S.A.. Inconformado, ajuizou ação trabalhista postulando a conversão da dispensa por justa causa em dispensa imotivada e o pagamento de verbas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Na sentença, o juiz entendeu que, na verdade, houve culpa recíproca, em razão da prática de atos faltosos por ambos os contratantes.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- a) O empregado receberá todas as verbas regularmente, nos mesmos moldes da dispensa sem justa causa.
- b) A lei determina que o juiz analise o grau de culpabilidade de cada litigante para definir se o trabalhador merece, ou não, receber alguma indenização.
- c) Nenhuma verba será devida, porque houve reconhecimento judicial de culpa do empregado.
- d) É devido o pagamento de 50% do aviso prévio, do 13º salário e das férias proporcionais, assim como 20% da indenização compensatória do FGTS.

74

Em determinada localidade, existe a seguinte situação: a convenção coletiva da categoria para o período 2019/2020 prevê o pagamento de adicional de 80% sobre as horas extras realizadas de segunda-feira a sábado. Ocorre que a Empresa Alfa Ltda. havia assinado um acordo coletivo com o sindicato para o mesmo período alguns dias antes, prevendo o pagamento dessas horas extras com adicional de 60%.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica o adicional que deverá prevalecer para os empregados da Empresa Alfa:

- a) Será aplicado o adicional de 50% previsto na Constituição Federal.
- b) Prevalecerá o adicional de 80% por ser mais benéfico aos empregados.
- c) Deverá ser respeitada a média entre os adicionais previstos em ambas as normas coletivas.
- d) Valerá o adicional de 60% previsto em acordo coletivo, que prevalece sobre a convenção.

75

O sindicato dos comerciários firmou acordo coletivo com o Restaurante Boa Comida Ltda., no qual reconhecendo-se a condição financeira difícil da empresa, aceitou o não pagamento da 2ª parcela do 13º salário do ano de 2019, tendo em vista que dezembro é uma época que os empregados ganham muitas gorjetas dos clientes e não teriam grandes prejuízos. Sobre o caso apresentado, de acordo com a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A cláusula normativa em questão é nula, porque constitui objeto ilícito negociar sobre supressão ou redução do 13º salário.
- b) É válido o acerto realizado porque fruto de negociação coletiva, ao qual a reforma trabalhista conferiu força legal.
- c) A negociação para ser válida exigiria que, ao menos, fosse pago metade do valor devido relativo a 2ª parcela do 13º salário, o que não aconteceu no caso apresentado.
- d) Somente se houver homologação do acordo coletivo pela Justiça do Trabalho é que ele terá validade em relação ao 13º salário.

76

Em determinada Vara do Trabalho foi prolatada uma sentença que, após publicada, foi objeto de Recurso Ordinário pela Reclamante, Josefina Belleza, sucumbente no feito. Josefina moveu reclamação trabalhista em desfavor da empresa MMMilho Ltda.

Nove meses depois, o feito foi julgado pelo TRT que entendeu pelo improvimento do Recurso Ordinário. Josefina Belleza pretende recorrer desta decisão.

Assinale a opção que indica, na hipótese, o recurso cabível:

- a) Recurso Ordinário ao TRT.
- b) Recurso de Revista.
- c) Embargos ao TST.
- d) Agravo de Instrumento.

77

Em determinada Vara do Trabalho foi prolatada uma sentença que, após publicada, foi objeto de Recurso Ordinário pela Reclamante sucumbente no feito.

Quinze meses depois, feito o juízo de admissibilidade recursal, o recurso foi considerado deserto eis que a Reclamante, que não possuía o benefício da justiça gratuita, não recolheu o preparo recursal. Inconformada, a parte deseja que o seu recurso seja "destrancado" e, no mérito, seja julgado pelo TRT.

Assinale a opção que indica, na hipótese, o recurso cabível:

- a) Recurso Ordinário.
- b) Recurso de Revista.
- c) Recurso Especial.
- d) Agravo de Instrumento.

78

Moribunda da Silva contratou você como advogado para ajuizar ação trabalhista em face do empregador. Entretanto, na audiência, o juiz constatou que o preposto da empresa não possuía vínculo empregatício com a empresa e, muito menos, carta de preposição.

Diante disso, você requereu que fosse consignado em ata a irregularidade da parte reclamada e que o juiz não aceitasse o preposto como parte no processo.

Nos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) O preposto não precisa ser empregado da empresa.
- b) Obrigatoriamente o preposto precisa ser empregado da empresa há mais de dez anos.
- c) Obrigatoriamente o preposto precisa ser empregado da empresa, independentemente do tempo que presta serviços para a mesma.
- d) Obrigatoriamente o preposto precisa ser empregado da empresa há mais de cinco anos.

Tite Técnico ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da sociedade empresária SGrenal Ltda. Em síntese, afirma que cumpria longa jornada de trabalho, mas que não recebia as horas extras integralmente, que sofria bullying e, portanto teria direito a dano moral em valor superior a 50 vezes o seu último salário contratual. A defesa nega o fato e advoga que toda a sobrejornada foi paga, nada mais sendo devido ao reclamante no particular. Quanto ao dano moral, a defesa também nega o fato.

Após longa instrução probatória, inclusive com perícia contábil, sobrevém sentença de improcedência que, entretanto esquivou-se de julgar o pedido relativo ao dano moral. O advogado de Tite interpõe embargos de declaração e aponta a omissão do juiz de primeiro grau.

Ao julgar os embargos, o juiz mantém a decisão proferida na sentença. Tite, então, interpõe recurso ordinário ao TRT requerendo que o tribunal se manifeste acerca do ponto não ventilado pelo juiz de primeira instância.

Diante do caso concreto apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá o TRT apreciar matéria não ventilada pelo juiz de primeiro grau, a título de efeito devolutivo em profundidade, já que foi respeitado o contraditório e a ampla defesa. Ademais, a causa encontra-se madura para ser julgada.
- b) Não poderá o TRT se pronunciar sobre matéria não apreciada pelo juiz de primeiro grau. Nesse sentido, os autos deverão retornar ao primeiro grau para que haja pronunciamento jurisdicional sobre o ponto omissivo.
- c) O TRT sempre pode se pronunciar sobre matéria não apreciada pelo juiz de primeiro grau, ainda que a causa não esteja madura.
- d) O TRT deverá remeter os autos ao TST para que este se pronuncie sobre a questão.

Em sede de processo trabalhista, após o trânsito em julgado da sentença e elaborada a conta de liquidação, foi aberto prazo sucessivo de 10 dias para que as partes se manifestassem sobre a mesma.

Considerada essa hipótese, assinale alternativa correta:

- a) Obrou equivocadamente o magistrado, pois conforme a CLT, o prazo é comum e de 8 dias.
- b) Obrou corretamente o magistrado, pois conforme a CLT, o prazo é sucessivo e de dez dias.
- c) Obrou equivocadamente o magistrado, pois conforme a CLT, o prazo é sucessivo e de 8 dias.
- d) Obrou equivocadamente o magistrado, pois conforme a CLT, o prazo é comum e de 10 dias.

VERBOQ AB